

CARTA ABERTA À SOCIEDADE

Os servidores do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio lotados em Itaituba vem por meio deste manifestar a sua posição quanto à recente desafetação das unidades de conservação: Parque Nacional da Amazônia, Floresta Nacional de Itaituba I, Floresta Nacional de Itaituba II, Floresta Nacional do Crepori e Área de Proteção Ambiental do Tapajós, através da Lei n.º 12.678 de 25 de junho de 2012, motivada pela proposta de implantação de duas usinas hidrelétricas no rio Tapajós, a UHE São Luiz e a UHE Jatobá, que alagariam, a princípio, cerca de 75.630 ha no interior dessas Unidades de Conservação;

O Projeto do Complexo de Usinas do Tapajós prevê ainda mais cinco unidades produtoras de energia - UHE Chacorão, UHE Jardim do Ouro, UHE Jamanxim, UHE Cachoeira do Caí e UHE Cachoeira dos Patos - que provocariam o alagamento de pelo menos 208.000 hectares no coração da floresta amazônica e no interior do maior mosaico de áreas protegidas do Brasil, segundo os estudos preliminares.

Como servidores públicos, no intuito de cumprir com nossas atribuições, declaramos ser grave o fato de não haver qualquer estudo que embase a desafetação, relacionando os impactos diretos e indiretos do empreendimento às características socioambientais da região. Sequer foram considerados significativos desdobramentos, como por exemplo, a necessidade de realocação de mais da metade dos 112 km da rodovia transamazônica que corta o PARNA da Amazônia que serão alagados. Entendemos que a compreensão dos impactos, bem como o licenciamento do empreendimento, não pode ser tratada de forma fragmentária, negligenciando as dimensões reais das consequências da viabilização de todo o complexo. Os registros feitos até o momento apontam altíssima biodiversidade, com considerável taxa de endemismo e grande representatividade de espécies ameaçadas de extinção. Desta forma, afirmamos que não há estudos sobre a biodiversidade suficientes para embasar qualquer manifestação sobre perdas e estratégias de manejo e conservação supletivas.

Do ponto de vista da legalidade, denunciemos a desafetação das unidades realizada primeiramente por medida provisória com objetivo único de dar celeridade ao processo em detrimento da realização de estudos comprometidos com a destinação original dessas áreas: proteção e conservação da biodiversidade. Além disso, ressaltamos o fato de o empreendimento ainda estar em fase de solicitação de licença prévia, sem a elaboração de um EIA-RIMA para verificação da sua viabilidade técnica e sócio-ambiental, bem como de possíveis alternativas para geração de energia.

O processo em curso se contrapõe às várias políticas públicas em implementação na região e acordos de cooperação internacional, comprometendo a qualidade ambiental de um dos maiores

[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones across the bottom.]

conjuntos de terras protegidas do mundo. Lembramos todos os esforços já empreendidos para a implementação dessas Unidades de Conservação, ora desafetadas, realizados com recursos do Estado brasileiro e também com o apoio de diversos parceiros nacionais e estrangeiros.

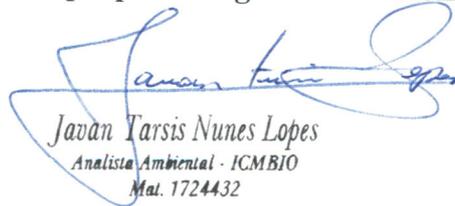
Desta forma, convocamos toda a sociedade e as autoridades a assumir a responsabilidade de defender a democratização do processo, que gere informações com qualidade e promova amplo diálogo com atores locais, academia e poder público. Considerando que somos servidores do Estado e, não de um Governo, sendo nosso compromisso defender o patrimônio nacional, este subentendido como nossa flora, nossa fauna, e demais recursos naturais, temos a colocar o que segue:

Entendemos que o atual processo de desafetação de unidades de conservação na bacia do Rio Tapajós, realizado sem nenhum estudo técnico preliminar, em áreas de significativa biodiversidade ainda desconhecida, a favor de um empreendimento que não comprovou minimamente a sua viabilidade técnica, econômica, social e ambiental, subverte gravemente as normas constitucionais de proteção ao patrimônio ambiental e os princípios fundamentais de gestão das unidades de conservação.

Acreditamos igualmente que a priorização de empreendimentos hidrelétricos frente à conservação da biodiversidade e ao modo de vida das populações tradicionais, utilizando-se da desafetação de áreas protegidas sem levar em conta critérios científicos e socioambientais, coloca em risco não apenas a integridade do mosaico de Unidades de Conservação gerenciado pelo ICMBio em Itaituba, mas a própria integridade do bioma amazônico.



Aline Kellermann
Chefe da Rebio Nascentes da
Serra do Cachimbo - ICMBio
Mat. 1715581 - Port. 674/2009

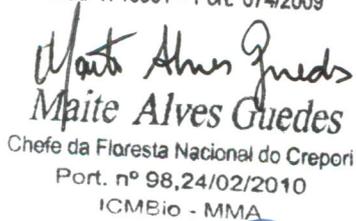


Javan Tarsis Nunes Lopes
Analista Ambiental - ICMBio
Mat. 1724432



Maria Lucia Carvalho
CHEFE DO PARNA DA AMAZÔNIA
MAT. 1365926
PORT. 718/2009 - ICMBIO

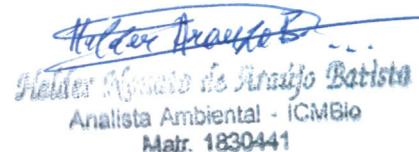
Luiz Haroldo C. Marques
Chefe da Flona do Jamanxim
Matrícula: 1165314



Maite Alves Guedes
Chefe da Floresta Nacional do Crepori
Port. nº 98,24/02/2010
ICMBio - MMA



Maria Jocileia Soares da Silva
Analista Ambiental - ICMBio
Mat. 1779016



Helton Afonso de Araújo Batista
Analista Ambiental - ICMBio
Matr. 1830441



Márcio Soares Rabello
Analista Ambiental-ICMBio
APA do TAPAJÓS
Matrícula 1802418



Aline Lopes de Oliveira
Analista Ambiental - ICMBio
Mat. 1778261



MANOEL PEREIRA DE SOUSA
Tec. Ambiental - Mat: 0681765
PARNA DA AMAZÔNIA
ICMBIO - ITB - PA



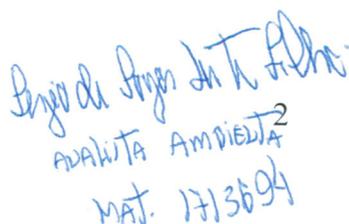
Simone Albarado Rabello
ANALISTA AMBIENTAL - ICMBio
MAT.: 1778942



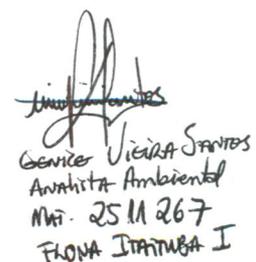
Murilo Rezende Machado
Chefe da Floresta Nacional Amaná
Port 38/2011-ICMBio
MAT.1774086



RUNDO RAFAEL MIRANDA MATOS
ANALISTA AMBIENTAL
MAT. 2573503



SERGIO DE ARAUJO DA TRILHA
ANALISTA AMBIENTAL
MAT. 1713694



Genice Vieira Santos
Analista Ambiental
Mat. 2511267
FLONA ITAITUBA I